

e-COP Programação Orçamentária

Relatório QDD por Espécie/Natureza/Fonte de um Projeto Atividade

** Valores Oficiais c/ Mov. de Crédito **

Órgão : 07 - DEFENSORIA PÚBLICA

Unidade : 01 - DEFENSORIA PÚBLICA

Projeto Atividade : 2249 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS ECONOMICAMENTE NECESSITADOS

Dotação : 0701.14422202.249



Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçamentário	Empenhado + Mov. Crédito	Saldo Programado
PESSOAL/ENC.SOC							
31900400	100	2.177	2.177	0	2.177	0,00	2.177,00
31900900	100	62	62	0	62	0,00	62,00
31901100	100	19.718.400	19.718.400	0	19.718.400	0,00	19.718.400,00
31901600	100	33.614	33.614	0	33.614	0,00	33.614,00
31903400	100	24.771	24.771	0	24.771	0,00	24.771,00
Total PESS.	T	19.779.044	19.779.044	0	19.779.044	0,00	19.779.044,00
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00
	Todas	19.779.044	19.779.044	0	19.779.044	0,00	19.779.044,00
OUTR.DESP.CORR.							
33901400	100	61.620	61.620	0	61.620	0,00	61.620,00
33903002	100	123.240	123.240	0	123.240	0,00	123.240,00
33903003	100	24.648	24.648	0	24.648	0,00	24.648,00
33903004	100	36.972	36.972	0	36.972	0,00	36.972,00
33903005	100	12.324	12.324	0	12.324	0,00	12.324,00
33903007	100	61.620	61.620	0	61.620	0,00	61.620,00
33903009	100	82.160	82.160	0	82.160	0,00	82.160,00
33903012	100	12.324	12.324	0	12.324	0,00	12.324,00
33903013	100	20.540	20.540	0	20.540	0,00	20.540,00
33903018	100	20.540	20.540	0	20.540	0,00	20.540,00
33903023	100	8.216	8.216	0	8.216	0,00	8.216,00
33903024	100	20.540	20.540	0	20.540	0,00	20.540,00
33903025	100	24.648	24.648	0	24.648	0,00	24.648,00
33903027	100	20.540	20.540	0	20.540	0,00	20.540,00
33903029	100	4.108	4.108	0	4.108	0,00	4.108,00
33903031	100	1.027	1.027	0	1.027	0,00	1.027,00
33903033	100	82.160	82.160	0	82.160	0,00	82.160,00
33903095	100	8.216	8.216	0	8.216	0,00	8.216,00
33903097	100	24.648	24.648	0	24.648	0,00	24.648,00
33903300	100	41.080	41.080	0	41.080	0,00	41.080,00
33903600	100	4.427.263	4.427.263	0	4.427.263	0,00	4.427.263,00
	107	24.000	24.000	0	24.000	0,00	24.000,00
33903700	100	252.642	252.642	0	252.642	0,00	252.642,00
33903902	100	61.620	61.620	0	61.620	0,00	61.620,00
33903906	100	61.620	61.620	0	61.620	0,00	61.620,00
33903907	100	18.486	18.486	0	18.486	0,00	18.486,00
33903908	100	511.446	511.446	0	511.446	0,00	511.446,00
33903911	100	20.540	20.540	0	20.540	0,00	20.540,00
33903912	100	106.808	106.808	0	106.808	0,00	106.808,00
33903913	100	61.620	61.620	0	61.620	0,00	61.620,00
33903914	100	12.324	12.324	0	12.324	0,00	12.324,00
33903924	100	246.480	246.480	0	246.480	0,00	246.480,00
33903930	100	221.832	221.832	0	221.832	0,00	221.832,00
33903933	100	246.480	246.480	0	246.480	0,00	246.480,00
33903939	100	24.648	24.648	0	24.648	0,00	24.648,00
33903942	100	492.960	492.960	0	492.960	0,00	492.960,00
33903945	100	73.944	73.944	0	73.944	0,00	73.944,00
33903947	100	49.296	49.296	0	49.296	0,00	49.296,00
33903957	100	6.162	6.162	0	6.162	0,00	6.162,00
33903963	100	39.437	39.437	0	39.437	0,00	39.437,00
33903997	100	61.620	61.620	0	61.620	0,00	61.620,00
33904700	100	2.054	2.054	0	2.054	0,00	2.054,00
Total OUT.C	T	7.714.453	7.714.453	0	7.714.453	0,00	7.714.453,00
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00
	Todas	7.714.453	7.714.453	0	7.714.453	0,00	7.714.453,00



e-COP Programação Orçamentária
Relatório QDD por Espécie/Natureza/Fonte de um Projeto Atividade
**** Valores Oficiais c/ Mov. de Crédito ****

Órgão : 07 - DEFENSORIA PÚBLICA

Unidade : 01 - DEFENSORIA PÚBLICA

Projeto Atividade : 2249 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS ECONOMICAMENTE NECESSITADOS

Dotação : 0701.14422202.249



Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçamentário	Empenhado + Mov. Crédito	Saldo Programado
INVESTIMENTOS							
44905100	107	450.000	450.000	0	450.000	0,00	450.000,00
44905200	100	790.790	790.790	0	790.790	0,00	790.790,00
	107	50.000	50.000	0	50.000	0,00	50.000,00
Total INVES	T	1.290.790	1.290.790	0	1.290.790	0,00	1.290.790,00
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00
	Todas	1.290.790	1.290.790	0	1.290.790	0,00	1.290.790,00
Total	T	28.784.287	28.784.287	0	28.784.287	0,00	28.784.287,00
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00
	Todas	28.784.287	28.784.287	0	28.784.287	0,00	28.784.287,00

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA
GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL**

DEMONSTRATIVO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DAS DESPESAS COM PESSOAL DA DEFENSORIA PÚBLICA - 2011

ÓRGÃO: 07 - DEFENSORIA PÚBLICA

EM R\$ 1,00

P/A	FONTE DE RECURSO	ORÇAMENTO ANUAL (A)	PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2011				PROJEÇÃO PARA 2012	PROJEÇÃO PARA 2013
			FOLHA ATUAL/ANO (B)	criação QUADRO DE PESSOAL (C)	TOTAL (D = B+C)	SALDO (F = A-D-E)		
2249 - Defensoria Pública	100 - Tes. Est	28.784.287	7.286.368	11.470.689	18.757.057	10.027.230	47.575.192	50.420.680
Total		28.784.287	7.286.368	11.470.689	18.757.057	10.027.230	47.575.192	50.420.680
ESTIMATIVA DE ACRÉSCIMO NO ORÇAMENTO ANUAL, CONSIDERANDO COMO BASE A LOA 2011								21.636.393

Fonte de Dados: Lei Orçamentária Anual nº 16.739 - 29/12/2010

Notas Explicativas

- 1) FOLHA ATUAL/ANO (B) - Na projeção de execução foram utilizados como base os valores executados em março/2011, projetados para 08 meses, incluindo a previsão para o 13 salário, 1/3 férias e encargos.
- 2) Os recursos orçamentários necessários para os exercícios financeiro de 2012 e 2013 deverão ser incluídos nas programações do próximo PPA - 2012 a 2015.

Curitiba, 08/04/2011


Alexandra C. Scheidt
Chefe do GPS/SEJU





ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania



DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS
Nº 28/2011




Declaro que os recursos orçamentários necessários para atender as despesas com a criação da Defensoria Pública do Paraná estão contemplados na proposta orçamentária para 2011, aprovadas na Lei Orçamentária Anual nº16.739 de 29 de dezembro de 2010 e compatíveis com o Plano Plurianual, conforme Lei 15.757 de 27/12/07, alocados na Dotação Orçamentária **0701.14422202.249** – Assistência Jurídica aos Economicamente Necessitados, no valor total de **R\$ 28.784.287,00** (vinte e oito milhões, setecentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e sete reais), sendo R\$28.260.287,00 na Fonte de Recurso 100/Tesouro do Estado e R\$ 524.000,00 na Fonte 107/Convênio com Órgão Federais, distribuídos nas seguintes espécies:

- 1) Pessoal e Encargos Sociais - R\$ 19.779.044,00 (dezenove milhões, setecentos e setenta e nove mil, quarenta e quatro reais);
- 2) Outras Despesas Correntes - R\$ 7.714.453,00 (sete milhões, setecentos e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta e três reais);
- 3) Investimentos - R\$ 1.290.790,00 (um milhão, duzentos e noventa mil, setecentos e noventa reais),

Declaro ainda, que as despesas estão de acordo com a Lei Complementar n.º 101 de 04/05/00, conforme o que consta no Art. 16 § 1º incisos I e II.

Curitiba, 08 de abril de 2011


Maria Tereza Uille Gomes
Secretária de Estado da SEJU

Protocolo 11.024.829-6



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 27 de abril de 2011
OF CEE/G 047/11



Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 10/2011, relativa ao anteprojeto de Lei Complementar que institui a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

17:03 27/04/2011 002408 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM N.º 10/2011

Curitiba, 27 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de Lei Complementar que institui a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, estabelece a sua estruturação, criação da carreira de defensor público e do quadro de pessoal da defensoria pública do Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Levando-se em conta que uma das Metas de Governo do atual Governador Carlos Alberto Richa é a estruturação da Defensoria Pública do Estado do Paraná e a criação da Carreira de Defensor Público do Estado, a fim de dar cumprimento ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Constituição do Estado do Paraná e Lei Complementar nº 55/1991, apresenta-se o presente Anteprojeto de Lei Complementar que institui a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, estabelece sua estrutura, cria a Carreira de Defensor Público do Estado e o Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL



GABINETE DO GOVERNADOR

Tendo em vista tratar-se de uma garantia constitucional, prevista nos artigos 5º, inciso LXXIV, e art. 134 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é através da Defensoria Pública que o Estado deve prestar a assistência jurídica integral e gratuita àqueles que comprovem insuficiência de recursos. Tal disposto também está previsto na Constituição do Estado do Paraná, em seus artigos 127 e 128 como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, dando aos necessitados o direito de orientação jurídica e defesa. Nesse sentido, a Lei Complementar nº 55, de 04 de fevereiro de 1991, criou a Defensoria Pública do Estado do Paraná e estabeleceu que no prazo de 180 (cento e oitenta) dias deveria ser encaminhado à Assembléia Legislativa do Paraná Projeto de Lei que dispusesse sobre a Carreira de Defensor Público do Estado e a estruturação da Defensoria Pública do Estado do Paraná. No entanto, até o presente momento, tal previsão jamais foi cumprida de forma adequada.

Como acima exposto, a Defensoria Pública no Estado ainda não foi regulamentada, sendo o Estado do Paraná um dos dois entes da Federação que ainda não tiveram sua instituição organizada. Assim, os movimentos de apoio à implementação da Defensoria Pública Estadual crescem a cada dia, não podendo o Governo do Estado olvidar-se dessa situação que perdura por mais de 22 anos. Dentre as moções de apoio recebidas, destacamos ofício de congratulações da Secretaria de Reforma do Judiciário, integrante do Ministério da Justiça, moção de apoio à criação da Defensoria Pública no Paraná, recebida da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, cumprimentos da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP, cartas de apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, Associação dos Magistrados do Paraná – AMAPAR, Congregação Missionário do Santíssimo Redentor e até mesmo da Asociación Interamericana de Defensorías Públicas – AIDEF, que destaca *“los esfurezos del Gobierno del Estado de Paraná, através de la Secretaria de Justicia, em el sentido de solucionar um grave problema de más de 22 años, em cumplimiento del deber impuesto por la Constitución Federal de creación de la Defensa Publica(...).*



GABINETE DO GOVERNADOR



Destarte, passados mais de 22 de anos de espera, com a criação da Defensoria Pública no Estado do Paraná, onde transcende a democracia que deve revestir as iniciativas políticas deste país, corrige-se antiga e injustificável ausência de órgão indispensável à função jurisdicional do Estado, dando aplicabilidade plena ao disposto na Constituição da República.

Diante do exposto, compreendendo a Defensoria Pública do Estado do Paraná como instituição necessária, permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a promoção dos direitos humanos, a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, apresenta-se o presente Projeto de Lei Complementar, endossado por Moção de Apoio de diversos órgãos e entidades, a fim de dar cumprimento ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Constituição do Estado do Paraná, na Lei Complementar nº 55/1991 e ao previsto no Plano de Metas deste Governo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 359/2011

Projeto de Lei Complementar nº. 359/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 010/11

Súmula: Estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, com fulcro na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, seus Princípios Fundamentais e art. 134 e 135; Constituição do Estado do Paraná, art. 127 e 128; Lei Complementar Estadual 55/1991, que criou a Defensoria Pública do Estado do Paraná; Lei Complementar 80/1994, de acordo com a nova redação dada pela Lei Complementar 132/2009 – a qual prescreve normas gerais para a sua organização nos Estados.

EMENTA: INSTITUI LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, ESTABELECE SUA ESTRUTURA, CRIA A CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO E O QUADRO DE PESSOAL DA DEFENSORIA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 5º E 134 CF. ARTS. 13, 65, 66, 127 E 128 DA C.E. ARTIGO 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 15 E 16 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



1. PREÂMBULO

O Projeto de Lei Complementar em análise, de autoria do Poder Executivo, objetiva instituir a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, estabelece sua estrutura, cria a Carreira de Defensor Público do Estado e o Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, insta salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, enuncia o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Além disso, a Constituição do Estado do Paraná estabelece em seu artigo 13 que compete ao Estado legislar concorrentemente com a União sobre a Defensoria Pública:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XIII - assistência jurídica e defensoria pública;

Destarte, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre organização da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Defensoria Pública do Estado, bem como a criação, estrutura e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos do artigo 66, vejamos:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Diante dos dispositivos legais acima citados, não restam dúvidas de que é mesmo do Poder Executivo a competência para apresentar projeto de lei que disponha sobre a Defensoria Pública.

Portanto, o projeto demonstra-se apto a estruturar a Defensoria Pública do Estado do Paraná e a criar a carreira de Defensor Público do Estado, a fim de dar cumprimento ao disposto na Constituição Federal de 1988, Constituição do Estado do Paraná e Lei Complementar nº 55/1991.

A Constituição Federal dispõe que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Neste mesmo sentido, o artigo 134 da Carta Magna, garante a assistência jurídica gratuita através da Defensoria Pública:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.

Corrobora deste entendimento o artigo 127 da Constituição Estadual:

Art. 127. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.

Cabe ressaltar, que o Projeto de Lei Complementar é o meio adequado para dispor acerca da Defensoria Pública, nos termos do artigo 128 da Constituição Estadual:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

D. L.
Fls. 86
[Assinatura]

Art. 128. Lei complementar, observada a legislação federal, disporá sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública, bem como sobre os direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros.

Portanto, estamos diante de projeto histórico, pois passados mais de 22 anos de espera, a criação da Defensoria Pública do Estado do Paraná corrige antiga e injustificável ausência de órgão indispensável à função jurisdicional do Estado, dando aplicabilidade plena ao disposto na Constituição da República, em estrita conformidade com as disposições da Lei Complementar Federal nº 80/1994, que prescreve normas gerais acerca do tema. Uma feliz iniciativa que, sem dúvida, atenderá os interesses maiores daqueles que necessitam da prestação jurisdicional e não têm recursos para a contratação de advogados particulares.

Ademais, vislumbra-se um projeto moderno, democrático e de extrema qualidade, onde os anseios e interesses da população estão muito bem representados. Uma proposição tão avançada, que foi considerada pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) como um modelo a ser seguido pelos demais Estados do Brasil.

Vale ressaltar a intensa participação popular na elaboração do projeto, por intermédio de um amplo, aberto e democrático processo de discussão levado a cabo pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná. Processo que abarcou diversas reuniões, permitiu a oitiva de todos os órgãos e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



instituições interessados na estruturação da Defensoria Pública e contou com a participação direta da sociedade civil.

Também, devemos observar que o Projeto de Lei Complementar preenche os requisitos da Lei Complementar nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (grifos nossos)

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei Complementar em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



01

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.L.

Fls. 90

REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 02 MAIO 2011

1º Secretário

Requer tramitação em "Regime de Urgência" para a discussão e votação do Projeto de Lei 359/11, oriundo da Mensagem Governamental 010/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme arts. 181 e 182 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 359/11, oriundo da Mensagem Governamental 010/11, que dispõe sobre a criação da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 2011.

MARA LIMA
Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo
DOUGLAS FABRICIO
MARCELO RANGEL
Lúcio
Evandro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 359/11

APRESENTAÇÃO

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 10/11, que institui a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, estabelece a sua estruturação, criação da carreira de defensor público e do quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

O presente Plano de Lei Complementar visa, pois dotar o Estado do Paraná e sua população de instrumento adequado capaz de proporcionar a defesa da cidadania, da justiça social promovendo a democracia.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, verifica-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do ordenador de despesas por meio da Secretária de Estado da Justiça, Senhora Maria Tereza Uille Gomes, informando que as despesas decorrentes do projeto em tela, estão contemplados na proposta orçamentária-2011 da SEJU, aprovadas na Lei Orçamentária Anual nº

Frederico *[assinatura]* *[assinatura]* 1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

16.739 de 29 de dezembro de 2010 e compatíveis com o Plano Plurianual, conforme Lei nº 15.757 de 27 de dezembro de 2007, e atende aos preceitos contidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta relatoria nada visualiza que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, pela **APROVAÇÃO** do Projeto em tela.

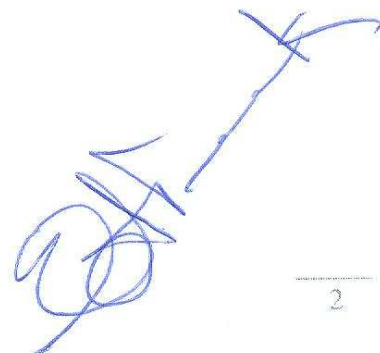
É o parecer.

Sala das Comissões, 04 de maio de 2.011.


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


Faolli





COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 359/2011 (MENSAGEM Nº 10/2011)

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

Síntese:

Trata-se de Projeto de Lei Complementar que "estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná".

Tramitação:

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia 03 de maio de 2011, e da Comissão de Finanças no dia 04 de maio de 2011.

A Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania recebeu o presente Projeto na tarde do dia 05 de maio de 2011.

No período da manhã da data de hoje, foi realizada Audiência Pública convocada pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ora Relator, para apreciação e recebimento de propostas da sociedade civil na regulamentação da Defensoria Pública, que contou com aproximadamente 150 (cento e cinquenta) pessoas.

Conforme previsão do art. 182, I, na vigência de regime de urgência cada comissão deve se manifestar em prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas.

Portanto, esta Comissão manifesta no prazo legal e com a extrema urgência que a medida requer.

Mandato do Deputado Tadeu Veneri





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Fundamentação:

A Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania tem competência para se manifestar sobre proposição relativa à criação de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos, conforme previsão do artigo 33, §14º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 33. Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

(...)

§14. À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

No mérito, insta ressaltar que um órgão de Defensoria Pública no âmbito do Estado do Paraná se configura absolutamente necessário para a defesa, promoção e reparação de direitos humanos dos cidadãos e cidadãs paranaenses em todo o Estado.

Em análise ao Projeto de Lei Complementar encaminhado pelo Exmo. Governador do Estado do Paraná, verifica-se que as linhas gerais do texto estão adequadas às normas estaduais que regem a instituição da Defensoria Pública no âmbito da União e dos Estados, especialmente aos artigos 134 e 135 da Constituição da República, Lei Complementar nº. 80/1994 alterada pela Lei Complementar nº. 132/2009.

Mandato do Deputado Tadeu Veneri





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

A Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994¹, dispôs sobre a organização da "Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios" e prescreveu "normas gerais para sua organização nos Estados".

As funções institucionais previstas no art. 4º da referida lei nacional foram contempladas no art. 4º do Projeto de Lei, o que propiciará a efetiva atuação dos Defensores e das Defensoras Públicas na defesa, promoção e reparação dos direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos(as) paranaenses.

Considerando a ânsia da sociedade pela criação e posterior efetivação desta importante instrumento de defesa dos direitos da população paranaense, com base nos artigos 51 e 182, I, do Regimento Interno, relato o Projeto de Lei nº. 359/2011 pela sua aprovação e continuidade da regular tramitação nesta Casa Legislativa.

Curitiba, 06 de maio de 2011.


Deputado Ney Leprevost
Vice-Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp80.htm Acesso em: 05 mai 2011.